

Boa tarde a todos,

Quero agradecer em primeiro lugar à equipa da tinta-da-china, minha casa, Bárbara Bulhosa, Inês Hugon, Vera Tavares, Madalena Alfaia, Rute Dias, Pedro Serpa.

Agradeço em seguida ao júri que atribuiu este prémio: Manuel Gusmão, Luís Mourão, Clara Rocha, Ana Marques Gastão e Isabel Cristina Rodrigues, a quem coube hoje ser porta-voz, com uma apresentação cuidada e surpreendente de "E a Noite Roda". Não conheço pessoalmente a maioria dos jurados. Ter-me ei cruzado um par de vezes com Ana Marques Gastão e entrevistei há uns 13 anos Manuel Gusmão. Sendo uma honra a decisão deste júri, a presença nele de um poeta que tanto admiro, e trago comigo, é uma alegria. Isto, para usar a palavra que mais associo a Manuel Gusmão, num daqueles versos que se tornam língua geral, lugar comum a todos, contra todas as evidências em contrário.

Não chega dizer que foi uma surpresa a atribuição do prémio. Começou por ser uma grande surpresa a nomeação, que aconteceu pouco depois de outra: para o prémio do PEN. "E a Noite Roda" não tinha sido dos meus livros mais bem recebidos pela crítica, nem mais vendidos. Passara um ano e meio sobre a publicação, já nem se encontrava nas livrarias. Eu estava ocupada com a saída de um novo livro, "Vai Brasil", e a organizar-me para retomar a escrita de um novo romance, situado no Rio de Janeiro. Se a nomeação para o PEN já me espantara, a do APE pareceu-me quase inverosímil. Para mais, o naipe de finalistas era não menos que excelente: um dos grandes prosadores da língua portuguesa, Mário de Carvalho; dois autores próximos da minha geração que sigo com respeito, Patrícia Portela e Afonso Cruz; e um poeta, dramaturgo e novelista que é dos meus mais queridos amigos, Jaime Rocha. Fico muito contente por ele estar aqui hoje. Fosse eu a decidir, o prémio seria dele, e da sua novela "A Rapariga Sem Carne". Foi isso que senti ao saber da nomeação.

Semanas depois, estava eu sentada no carro da minha editora, Bárbara Bulhosa, quando me ligam da APE a anunciar a decisão do júri. Pânico, seguido de alerta: está a brincar comigo, certo?, perguntei ao cavalheiro do outro lado da linha, que se apresentara como José Correia Tavares, presidente do júri sem direito a voto. Ele assegurava que não e dava detalhes, que o júri se reunira três vezes, que a decisão fora por unanimidade, e por aí fora até que eu já não estava a ouvir porque só pensava que aquilo não podia ser a sério. E nos momentos em que acreditava que era, voltava o pânico: aquilo não me podia estar a acontecer. Como assim o prémio APE para este romance: um primeiro romance e este romance?

Antes que eu começasse a explicar ao interlocutor que estava enganado, a Bárbara decidiu intervir, dando-me ordens em surdina: que aceitasse, que agradecesse, muito obrigada. E subimos para um consultório, que era ao que íamos, acabando com a paz da recepcionista, porta-dentro, porta-fora, mal começaram os telefonemas.

Recentemente, a tinta-da-china fez uma edição de bolso de "E a Noite Roda", de que gosto mais do que a primeira, como objecto. Gosto do tamanho, dos cantos redondos, da capa mole. É maneira, como dizem os brasileiros. Mas nem a folheeí, custa-me olhar para o texto. Na tinta-da-china, a Inês Hugon e a Madalena Alfaia, que com uma paciência oriental asseguram as revisões, sabem como por mim ficava a cortar provas até à décima, porque mal entrego o livro já não o posso ver, tudo me parece mal, as bengalas, os tiques, o excesso.

Sendo a minha primeira experiência de romance, sinto essa distância de hoje em relação ao texto de "E a Noite Roda" mais do que em relação a qualquer outro livro

meu, talvez porque nos outros a linguagem esteja mais estabilizada num território com regras.

O que me interessa no romance não é o género, mas a ausência de género. Não é poesia e pode ser poesia, não é reportagem e pode ser reportagem, não é viagem e pode ser viagem, não é teatro, cinema, música, arquitectura, agricultura, cosmogonia, correspondência, folhetim, banda desenhada, arquivo, e pode ser tudo isso. Um romance é a liberdade em extensão. Um território de experimentação com um fôlego considerável, que ninguém conseguiu ainda circunscrever além disto: prosa, criativa, de extensão longa, escrita para ser lida.

Por isso, interessa-me pouco o debate sobre o que neste romance ainda é jornalismo ou já é romance, ainda é real ou já é ficção, como se houvesse uma espécie de grau de pureza, que é sempre o princípio de um pensamento autoritário. Ninguém ainda se tornou dono do que é, ou não chega a ser, um romance, e é por isso que continua a ser interessante fazer romances, e que cada um faça o seu. Na verdade, neste campo, quanto à criação, não há outro lema em que me reconheça tanto: que cada um faça a sua coisa. Faça o que tem a fazer, contra tudo, contra todos: crime e castigo, doença e cura, transmigração da alma ou biografia derradeira.

O que me levou a fazer este romance? O que o distinguia dos livros anteriores? A possibilidade de um território sem regras para o qual eu transportasse vários materiais biográficos: amorosos, políticos, sociais, profissionais. O texto agora entregue a si mesmo, inventando as suas regras, é que estabeleceria a transição para o romance. Um não-género fazendo uso de vários géneros, incluindo a reportagem.

Jerusalém era uma coisa minha, Gaza era uma coisa minha, a experiência de cobrir o conflito israelo-palestiniano era uma coisa minha, eu queria transportá-los para o campo literário porque me interessa transportar para o campo literário tudo o que a experiência tenha tornado coisa minha. Dito de outra forma, aquilo que é a identidade em movimento.

Não é diferente do que fará um médico que escreva romances (ou um arquitecto, um historiador de arte, um diplomata, um advogado, um professor, um burocrata), sempre com menos explicações do que as que são cobradas a um jornalista. Nunca começarei a entender porque se estranha que alguém cujo trabalho é escrever decida escrever outras coisas.

“E a Noite Roda” não é sequer o melhor romance que eu podia ter escrito entre 2010 e 2011, os meus últimos meses em Portugal e o meu primeiro ano no Brasil. Não foi, certamente, o que muita gente achava que eu devia ter feito. É apenas o que eu precisava de fazer naquele momento para sair do ponto em que estava. O importante não será fazer o melhor que sabemos, mas o que precisamos de fazer, mesmo não sabendo, para sair do nosso limite. Aquilo que nos desloca se estamos fixos, que nos fixa se estamos deslocados.

Recentemente, numa entrevista, perguntaram-me quem gostaria eu que escrevesse a minha biografia. É uma daquelas perguntas a que só podemos responder desabridamente. Respondi que esperava que as personagens tratassem do assunto e não sobrasse nada. Penso nisso como uma espécie de teia de Penélope em que o autor se vai construindo nos livros ao mesmo tempo que desaparece na vida.

Tudo o que faço é biografia, idealmente cada vez mais real, independentemente de as personagens tomarem as minhas circunstâncias, como acontece em “E a Noite Roda”, ou não tomarem de todo, como acontece no romance que estou a escrever. Ninguém pergunta a um poeta se o que está no poema é real ou ficção. Aquilo é o que é, é dentro da cabeça dele.

O que cada um vive é seu património inalienável, seu único real património, e é seu direito fazer disso o que quiser, na intersecção com os outros e o mundo, tendo como único limite, para mim, não devassar o património de um outro, de forma reconhecível publicamente.

De resto, o criador não deve conhecer limites e quanto mais escuro, mais difícil e mais indevassado melhor. Aquilo que não se pode escrever é o que há a escrever, é o que falta. Não estamos cá para nos repetirmos nem para nos pouparmos. Pouparmo-nos para quê? Não acredito na vida além da vida.

Sempre quis escrever, desde que me lembro. Os livros tinham todas as vidas. Passei a adolescência a ler romances. Lia os portugueses, os franceses, os ingleses, os russos, os alemães, mais tarde os americanos, os japoneses, os levantinos. O mundo não acabava, eu lia e queria sair pelo mundo. O jornalismo era a possibilidade disso, uma bela possibilidade quando eu tinha 17 anos e as rádios piratas explodiam, ainda nem havia TSF, nem Público, nem telemóveis, nem computadores pessoais. A minha geração viveu essa promessa de aventura no trabalho, que hoje parece arqueológica.

Só fui ler poesia compulsivamente depois dos 20. E a poesia, como a rádio, mudou, moldou, a minha relação com a escrita. Questão de som, de ritmo, mas também de montagem, de elipse. Não que escrever poemas fosse a minha coisa, tentei, não era. Ler poemas, sim, seria parte do que eu tinha para escrever.

Sempre achei que seria uma questão de tempo começar a fazer livros, e acabei por publicar o primeiro aos 39 anos. Como seria uma questão de tempo o romance chegar. Não há abandono de uma coisa por outra, não deixei de ter na cabeça livros de viagem, reportagem ou crónica, entre os vários romances que quero fazer. É o jardim dos caminhos que se bifurcam, para citar um daqueles autores que sempre admirei à distância, porque Borges é de outra galáxia, de um mundo, digamos, não-carnal. Sou mais do lado Moby Dick, até ao trespassar da última carne, a do caçador. Moby Dick agora sem género, ou transgénero. Moby Dick-Orlando, homem e mulher, humano e animal, deus e demónio. Um Moby Dick antropofágico, depois de ter morado no Brasil.

Não me interessa a fuga, interessa-me o confronto, o embate, o arpão no corpo que sempre fugirá. Chamemos-lhe Moby Dick — ou amor — ou real. A vida verdadeira que é estar aqui a desejar além. A pulsão da guerra, qualquer espécie de guerra, é a sobrevivida: vida conquistada à morte.

Nenhuma arte é panfleto, se é panfleto não era arte. Ao mesmo tempo, toda a arte é política, no sentido em que não existe sem um outro, que pode ser apenas um. O determinante não é que sejam muitos mas que exista uma relação. Que algo actue entre um e outro.

Este livro é político, como todos os que fiz, como tudo o que faço, pelo simples facto de me pôr em relação com outros. Estar aqui hoje é político, falar em público é político. Onde há um colectivo há política.

O meu feitio seria mais não estar, mas encaro isto como parte de um trabalho que aceitei fazer desde que comecei a publicar, por acreditar que podia, devia,

contribuir para os livros chegarem a mais alguém, respeitando eu tanto quem se recusa a fazer isso como quem o faz, por razões que são de cada um e de mais ninguém.

A minha opção é política, digamos. Uma forma de participação, de agir além da militância partidária. A militância não é a minha coisa, ainda bem que é a coisa de pessoas que admiro, entre os quais conto amigos. A minha coisa é escrever, falar dos livros, conseguir fazer disso uma acção.

Estou a voltar de três anos e meio a morar no Brasil. Um dia, a meio dessa estadia brasileira, pediram-me que gravasse um excerto de um conto de Clarice Lispector para o site do Instituto Moreira Salles. Era um conto em que a protagonista era portuguesa, daí o pedido, que a voz coincidissem com o sotaque. Como detestei aquela portuguesa do conto da Clarice. Tudo na boca dela era inho e ito. Era o Portugal dos Pequenitos com a nostalgia das grandezas. Aquele que diz “cá vamos andando com a cabeça entre as orelhas” mas sofre de ressentimento. O Portugal que durante 40 anos Salazar achou que era seu, pobre mas honesto-limpo-obediante, como agora o governo no poder quer Portugal, porque acha que Portugal é seu.

Estou a voltar a Portugal 40 anos depois do 25 de Abril, do fim da guerra infame, do ridículo império. Já é mau um governo achar que o país é seu, quanto mais que os países dos outros são seus. Todos os impérios são ridículos na medida em que a ilusão de dominar outro é sempre ridícula, antes de se tornar progressivamente criminosa.

Entre as razões porque quis morar no Brasil houve isso: querer experimentar a herança do colonialismo português depois de ter passado tantos anos a cobrir as heranças do colonialismo dos outros, otomanos, ingleses, franceses, espanhóis ou russos.

E volto para morar no Alentejo, com a alegria de daqui a nada serem os 40 anos da mais bela revolução do meu século XX, e do Alentejo ter sido uma espécie de terra em transe dessa revolução, impossível como todas.

Este prémio é tradicionalmente entregue pelo Presidente da República, cargo agora ocupado por um político, Cavaco Silva, que há 30 anos representa tudo o que associa mais ao salazarismo do que ao 25 de Abril, a começar por essa vil tristeza dos obedientes que dentro de si recalcam um império perdido.

E fogem ao cara-cara, mantêm-se pela calada. Nada estranho, pois, que este presidente se faça representar na entrega de um prémio literário. Este mundo não é do seu reino. Estamos no mesmo país, mas o meu país não é o seu país. No país que tenho na cabeça não se anda com a cabeça entre as orelhas, “e cá vamos indo, se deus quiser”.

Não sou crente, portanto acho que depende de nós mais do que irmos indo, sempre acima das nossas possibilidades para o tecto ficar mais alto em vez de mais baixo, Para claustrofobia já nos basta estarmos vivos, sermos seres para a morte, que somos, que somos.

Partimos então do zero, sabendo que chegaremos a zero, e pelo meio tudo é ganho porque só a perda é certa.

O meu país não é do orgulhosamente só. Não sei o que seja amar a pátria. Sei que amar Portugal é voltar do mundo e descer ao Alentejo, com o prazer de poder estar ali porque se quer. Amar Portugal é estar em Portugal porque se quer. Poder estar

em Portugal apesar de o governo nos mandar embora. Contrariar quem nos manda embora como se fosse senhor da casa.

Eu gostava de dizer ao actual Presidente da República, aqui representado hoje, que este país não é seu, nem do governo do seu partido. É do arquitecto Álvaro Siza, do cientista Sobrinho Simões, do ensaísta Eugénio Lisboa, de todas as vozes que me foram chegando, ao longo destes anos no Brasil, dando conta do pesadelo que o governo de Portugal se tornou: Siza dizendo que há a sensação de viver de novo em ditadura, Sobrinho Simões dizendo que este governo rebentou com tudo o que fora construído na investigação, Eugénio Lisboa, aos 82 anos, falando da "total anestesia das antenas sociais ou simplesmente humanas, que caracterizam aqueles grandes políticos e estadistas que a História não confina a míseras notas de pé de página".

Este país é dos bolseiros da FCT que viram tudo interrompido; dos milhões de desempregados ou trabalhadores precários; dos novos emigrantes que vi chegarem ao Brasil, a mais bem formada geração de sempre, para darem tudo a outro país; dos muitos leitores que me foram escrevendo nestes três anos e meio de Brasil a perguntar que conselhos podia eu dar ao filho, à filha, ao amigo, que pensavam emigrar.

Eu estava no Brasil, para onde ninguém me tinha mandado, quando um membro do seu governo disse aquela coisa escandalosa, pois que os professores emigrassem. Ir para o mundo por nossa vontade é tão essencial como não ir para o mundo porque não temos alternativa.

Este país é de todos esses, os que partem porque querem, os que partem porque aqui se sentem a morrer, e levam um país melhor com eles, forte, bonito, inventivo. Conheci-os, estão lá no Rio de Janeiro, a fazerem mais pela imagem de Portugal, mais pela relação Portugal-Brasil, do que qualquer discurso oco dos políticos que neste momento nos governam. Contra o cliché do português, o português do inho e do ito, o Portugal do apoucamento. Estão lá, revirando a história do avesso, contra todo o mal que ela deixou, desde a colonização, da escravatura.

Este país é do Changuito, que em 2008 fundou uma livraria de poesia em Lisboa, e depois a levou para o Rio de Janeiro sem qualquer ajuda pública, e acartou 7000 livros, uma tonelada, para um 11º andar, que era o que dava para pagar de aluguer, e depois os acartou de volta para casa, por tudo ter ficado demasiado caro. Este país é dele, que nunca se sentaria na mesma sala que o actual presidente da República.

E é de quem faz arte apesar do mercado, de quem luta para que haja cinema, de quem não cruzou os braços quando o governo no poder estava a acabar com o cinema em Portugal. Eu ouvi realizadores e produtores portugueses numa conferência de imprensa no Festival do Rio de Janeiro contarem aos jornalistas presentes como 2012 ia ser o ano sem cinema em Portugal. Eu fui vendo, à distância, autores, escritores, artistas sem dinheiro para pagarem dívidas à segurança social, luz, água, renda de casa. E tanta gente esquecida. E ainda assim, de cada vez que eu chegava, Lisboa parecia-me pujante, as pessoas juntavam-se, inventavam, aos altos e baixos.

Não devo nada ao governo português no poder. Mas devo muito aos poetas, aos agricultores, ao Rui Horta que levou o mundo para Montemor-o-Novo, à Bárbara Bulhosa que fez a editora em que todos nós, seus autores, queremos estar, em cumplicidade e entrega, num mercado cada vez mais hostil, com margens canibais.

Os actuais governantes podem achar que o trabalho deles não é ouvir isto, mas o trabalho deles não é outro se não ouvir isto. Foi para ouvir isto, o que as pessoas têm a dizer, que foram eleitos, embora não por mim. Cargo público não é prémio, é compromisso.

Portugal talvez não viva 100 anos, talvez o planeta não viva 100 anos, tudo corre para acabar, sabemos, Mas enquanto isso estamos vivos, não somos sobreviventes.

Este romance também é sobre Gaza. Quando me falam no terrorismo palestiniano confundindo tudo, Al Qaeda e Resistência pela nossa casa, pela terra dos nossos antepassados, pelo direito a estarmos vivos, eu pergunto o que faria se tivesse filhos e vivesse em 40 km por seis a dez de largura, e antes de mim os meus antecedentes, e depois mim os meus filhos, sem fim à vista. Partilhei com os meus amigos em Gaza bombardeamentos, faltas de água, de luz, de provisões, os pesadelos das meninas à noite. Depois de eu partir a vida deles continuou. E continua enquanto aqui estamos. Mais um dia roubado à morte.

Alexandra Lucas Coelho